

Política de Privacidade corePTT

Tratamento de dados pessoais no site, na relação comercial e na plataforma

Plataforma corePTT

Compliance e governança
Segurança e proteção de dados

03

Governança corePTT

Revisão 1.3 • 14 de outubro de 2026

sales@coreptt.com

COREPTT TECNOLOGIA LTDA

CNPJ 69.599.966/0001-93 • Campinas SP

Revisão 1.3 | 14 de outubro de 2026

MINUTA PARA REVISÃO JURÍDICA

Política de Privacidade corePTT

Tratamento de dados pessoais no site, na relação comercial e na plataforma

Responsável legal e comercial	COREPTT TECNOLOGIA LTDA
CNPJ	69.599.966/0001-93
Nome fantasia	COREPTT TECNOLOGIA
Endereço cadastral	Rua Comendador Torlogo Dauntre, nº 74, sala 1207, Cambuí, Campinas/SP, CEP 13025-270
Município e UF	Campinas/SP
CEP	13025-270
Marca e plataforma	corePTT
Revisão	1.3
Data da revisão	14 de outubro de 2026
Situação documental	Minuta para revisão jurídica

Esta Política apresenta os dados que poderão ser tratados, suas finalidades, os papéis da FORNECEDORA e do Cliente, os critérios de retenção e os meios para titulares exercerem seus direitos. Abrange o relacionamento comercial, os portais, a operação contratada e a avaliação gratuita por 7 dias.

Este documento integra o conjunto documental corePTT e deverá ser lido com os instrumentos aplicáveis à finalidade. No teste gratuito, aplicam-se o Contrato de Teste por 7 dias e o quadro de ativação. Na operação paga, aplicam-se os documentos identificados na Ordem de Contratação. A incorporação exige disponibilização antes do aceite, com título, revisão e data; futuras alterações não têm efeito contratual automático ou retroativo.

Identificação da FORNECEDORA

COREPTT TECNOLOGIA LTDA, nome fantasia COREPTT TECNOLOGIA, inscrita no CNPJ sob nº 69.599.966/0001-93, com sede na Rua Comendador Torlogo Dauntre, nº 74, sala 1207, Cambuí, Campinas/SP, CEP 13025-270, doravante FORNECEDORA.

A marca utilizada é corePTT, com core em letras minúsculas e PTT em maiúsculas. A FORNECEDORA deverá ser identificada nos instrumentos comerciais, fiscais e de avaliação; a marca não substitui a qualificação da pessoa jurídica.

Comercial e contratação: sales@coreptt.com; telefone cadastral: (11) 9839-0601. Jurídico, privacidade e integridade: legal@coreptt.com. Revisão 1.3 de 14 de outubro de 2026. Minuta para revisão jurídica.

1 Quem trata os dados

COREPTT TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 69.599.966/0001-93, com sede na Rua Comendador Torlogo Dauntre, nº 74, sala 1207, Cambuí, Campinas/SP, CEP 13025-270, atua como controladora nas

finalidades próprias que efetivamente determinar, como relacionamento comercial, gestão contratual, prevenção a fraude, segurança e cumprimento de obrigações. O canal para privacidade é legal@coreptt.com.

O Cliente define finalidades e meios essenciais do tratamento dos dados de seus usuários, comunicações e localização. Quando a FORNECEDORA tratar esses dados por instruções lícitas e documentadas do Cliente, atuará como operadora, inclusive no teste. Para finalidades próprias, poderá atuar como controladora independente. A classificação depende de cada finalidade concreta e será documentada no DPA ou no instrumento de avaliação.

2 A quem esta política se aplica

Esta Política abrange visitantes dos portais, representantes de clientes e parceiros, usuários da plataforma, pessoas que participam de demonstrações, contatos de suporte e titulares cujos dados sejam inseridos em um ambiente corePTT. Ela não substitui avisos específicos apresentados pelo Cliente na condição de controlador.

3 Dados que podem ser tratados

Categoria	Exemplos
Cadastro profissional	nome, empresa, cargo, e-mail corporativo, telefone e identificador de usuário
Conta e autenticação	login, identificadores, fatores de autenticação, histórico de acesso e alterações de permissão
Dispositivo e rede	IP, modelo, sistema operacional, versão do aplicativo, identificadores técnicos, operadora e diagnósticos
Uso operacional	grupos, canais, eventos PTT, presença, status, horários, registros de despacho e metadados de comunicação
Conteúdo	áudio, vídeo, mensagens, anexos e gravações quando o recurso estiver habilitado
Localização	coordenadas, data, horário, precisão e histórico, conforme configuração do Cliente
Suporte	chamados, gravações de atendimento, evidências, logs e comunicações com a equipe técnica
Comercial e fiscal	propostas, contratos, contatos de cobrança, notas fiscais, pagamentos e dados bancários estritamente necessários
Site e cookies	páginas visitadas, preferências de consentimento, origem de acesso e dados de navegação descritos na Política de Cookies

Conteúdo de voz, vídeo ou mensagem poderá revelar informação sensível. A plataforma não exige essas categorias como regra. Dados pessoais sensíveis e dados de crianças ou adolescentes ficam fora do teste gratuito, salvo ajuste específico prévio e atendimento dos requisitos legais. Projetos que os envolvam deverão documentar finalidade, base legal, necessidade, salvaguardas, permissões e retenção antes da ativação.

4 Como os dados são obtidos

- diretamente do titular, em cadastros, formulários, reuniões, demonstrações e chamados;
- do Cliente, que cria contas, grupos, permissões e configurações;
- automaticamente, durante o uso da aplicação, dos dispositivos e das integrações;
- de parceiros, revendedores, fabricantes, operadoras ou bases públicas, quando necessário à relação comercial e permitido por lei.

5 Finalidades e bases legais

Finalidade	Base legal usual e observações
Negociar, contratar e executar serviços	procedimentos preliminares e execução de contrato; legítimo interesse para contatos empresariais compatíveis
Criar contas e entregar recursos	base legal definida pelo controlador para a finalidade e os titulares; a FORNECEDORA executa instruções lícitas e documentadas quando operadora
Prestar suporte e manter qualidade	execução de contrato; legítimo interesse sujeito a avaliação de necessidade e balanceamento
Proteger contas e investigar abuso	cumprimento de obrigação legal, exercício regular de direitos ou legítimo interesse quando cabível, documentados conforme necessidade, proporcionalidade e balanceamento
Faturar e manter registros	execução de contrato e cumprimento de obrigações legais, fiscais e contábeis
Enviar comunicações comerciais	consentimento quando exigido ou legítimo interesse em relação empresarial existente, sempre com mecanismo de oposição
Atender titulares e autoridades	cumprimento de obrigação legal ou regulatória e exercício regular de direitos
Usar cookies não necessários	consentimento, com possibilidade de recusa e revogação

Cada tratamento deverá ter base legal adequada à sua finalidade e aos titulares envolvidos. Aceitar a contratação ou esta Política não constitui consentimento genérico dos usuários. Instruções do Cliente não substituem a identificação de base legal pelo controlador. Quando consentimento for aplicável, será específico e informado, com possibilidade de recusa e revogação; a revogação não afeta tratamentos realizados validamente antes dela.

6 Papel do Cliente como controlador

O Cliente deverá informar previamente os titulares sobre monitoramento, gravação, localização, finalidades, acesso por administradores e retenção; adotar base legal adequada; limitar permissões; e atender direitos. A decisão sobre monitoramento de trabalhadores depende de necessidade, proporcionalidade e legislação aplicável. A FORNECEDORA tratará os dados operacionais conforme instruções lícitas e documentadas e não substituirá essa avaliação pelo aceite contratual.

7 Compartilhamento

A FORNECEDORA compartilha dados somente quando necessário para prestar o serviço, cumprir obrigação, exercer direitos ou realizar operação empresarial legítima. Destinatários podem incluir provedores de nuvem, comunicação, monitoramento, suporte, assinatura, cobrança, contabilidade,

fabricantes e integradores vinculados ao ambiente. Cada fornecedor deve receber apenas os dados necessários à sua função e assumir obrigações compatíveis de confidencialidade e segurança.

Dados também podem ser fornecidos a autoridade competente mediante ordem ou fundamento legal válido. Sempre que permitido, a FORNECEDORA avaliará a regularidade e o alcance da solicitação e registrará o atendimento.

8 Suboperadores

Os prestadores e suboperadores aplicáveis ao ambiente, sua função, os países de tratamento e os canais pertinentes deverão ser identificados em anexo ou relação disponibilizada ao Cliente antes da ativação. Mudanças seguirão o procedimento do DPA ou ajuste escrito. Objeções fundamentadas em proteção de dados serão avaliadas e poderão exigir alternativa viável ou encerramento do recurso, conforme os instrumentos aplicáveis.

9 Transferências internacionais

Dados poderão ser acessados ou armazenados fora do Brasil somente quando a arquitetura contratada utilizar fornecedor ou equipe no exterior. A FORNECEDORA e o Cliente deverão identificar países, destinatários e finalidades no DPA ou Anexo Técnico e adotar mecanismo válido do art. 33 da LGPD.

Quando forem utilizadas as cláusulas-padrão da Resolução CD ANPD nº 19 de 2024, o texto oficial será incorporado integralmente e sem alteração ao instrumento firmado entre exportador e importador. A Política ou página específica deverá informar, em linguagem clara, a forma, a duração, o destino, as responsabilidades e o canal para exercício de direitos.

10 Retenção

Registro	Critério de retenção
Dados de conta	vigência da conta e período necessário para encerramento, auditoria e exercício de direitos
Voz, vídeo, mensagens e localização	prazo selecionado pelo Cliente na Ordem de Contratação, sujeito a bloqueio legal ou preservação válida
Registros de acesso à aplicação	mínimo legal aplicável aos provedores de aplicações, em ambiente controlado e seguro, e prazo adicional justificado
Chamados e evidências técnicas	tempo necessário para suporte, histórico de mudanças, prevenção de recorrência e defesa de direitos
Dados fiscais e contratuais	prazos legais, regulatórios e prescricionais aplicáveis
Registros de incidentes	pelo menos cinco anos a partir do registro, conforme a Resolução CD ANPD nº 15 de 2024
Cookies	prazo indicado no centro de preferências ou até revogação, quando aplicável
Conteúdo operacional do teste	eliminação ou anonimização em até 30 dias após o término; backups residuais em até 90 dias após o término; validação técnica antes da assinatura e ressalvas legais aplicáveis

Dados eliminados do ambiente ativo poderão persistir em backups protegidos pelo ciclo informado na contratação, com acesso restrito e sem uso operacional. No teste, os resíduos serão expurgados em até

90 dias após seu término, prazo sujeito à validação da arquitetura antes da assinatura. Conservação por obrigação legal ou exercício regular de direitos terá finalidade limitada, acesso restrito e prazo aplicável.

11 Decisões automatizadas

O corePTT pode produzir alertas, indicadores técnicos e regras automáticas configuradas pelo Cliente. A FORNECEDORA não deve utilizar esses resultados para tomar, por conta própria, decisão que afete interesses do titular. Se o Cliente configurar processo decisório automatizado, deverá informar a lógica relevante e assegurar os direitos previstos no art. 20 da LGPD, quando aplicável.

12 Segurança

A FORNECEDORA manterá medidas técnicas e administrativas proporcionais à natureza do tratamento e ao risco, conforme os controles efetivamente aplicáveis ao ambiente e os compromissos do DPA ou do teste. Cliente e usuários deverão proteger credenciais, dispositivos, redes, integrações e perfis sob sua responsabilidade. Esta Política não declara certificação, auditoria independente, criptografia ponta a ponta nem ausência de incidentes.

13 Incidentes de segurança

A parte que identificar incidente com dados pessoais comunicará a outra sem demora injustificada, com as informações disponíveis e atualizações para contenção, investigação e avaliação. O controlador avaliará e realizará comunicações à ANPD e aos titulares quando exigidas, nos prazos legais; a operadora prestará a cooperação necessária. A distribuição de papéis não afasta as obrigações próprias de cada parte. Incidentes e decisões serão registrados nos termos aplicáveis.

14 Direitos do titular

- confirmar a existência de tratamento e obter acesso aos dados;
- corrigir dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- solicitar anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade;
- pedir portabilidade nos termos da regulamentação e resguardados segredos comercial e industrial;
- obter informação sobre compartilhamentos e sobre a possibilidade de negar ou revogar consentimento;
- opor-se a tratamento irregular e solicitar revisão de decisão automatizada, quando aplicável;
- peticionar perante a ANPD e exercer direitos perante órgãos de defesa competentes.

Pedidos poderão ser enviados a legal@coreptt.com com informação suficiente para localizar os dados e confirmar a identidade. A FORNECEDORA poderá solicitar comprovação proporcional para evitar fraude. Quando o Cliente for controlador, o pedido será encaminhado ao responsável ou atendido sob suas instruções lícitas, sem afastar deveres próprios da FORNECEDORA. As respostas observarão os prazos legais aplicáveis, inclusive a declaração completa de acesso em até quinze dias quando exigida.

15 Encarregado

O canal público para titulares e autoridades é legal@coreptt.com. A identificação e as informações profissionais do encarregado, quando exigidas, deverão ser divulgadas conforme a LGPD e a regulamentação aplicável. O encarregado recebe comunicações, orienta a organização e desempenha as atividades legais pertinentes. A indicação do canal não atribui a pessoa não identificada cargo ou nomeação formal.

16 Atualizações

Atualizações poderão refletir mudanças legais, técnicas ou operacionais e serão identificadas por revisão e data. Mudanças materiais serão informadas de forma compatível com o tratamento e a relação existente. Não validarão retroativamente tratamento irregular nem integrarão automaticamente contrato vigente. Políticas incorporadas ao contrato deverão ter sido disponibilizadas e identificadas antes do aceite; alterações observarão o procedimento acordado e as normas obrigatórias.

Dados em integrações externas

Uma integração somente deve transmitir os dados necessários à função contratada. A Política, o DPA ou a relação de suboperadores devem informar as categorias de fornecedor, as finalidades, as categorias de dados, a localização do tratamento e o mecanismo aplicável à transferência internacional.

A utilização de infraestrutura ou software de terceiro não afasta as obrigações da FORNECEDORA sobre os tratamentos realizados sob sua responsabilidade. Quando um fornecedor atuar como controlador independente, essa condição e o canal de atendimento correspondente deverão ser apresentados de forma clara ao titular.

Retenção de conteúdo operacional

Em operação paga, as gravações terão disponibilidade por até 90 dias corridos em janela móvel somente quando o recurso e esse prazo estiverem contratados. Os prazos de mensagens, arquivos, localização e demais conteúdos serão definidos na Ordem de Contratação e no DPA, conforme finalidade, base legal, capacidade e controles. Conteúdo poderá ser eliminado ao fim do prazo aplicável, ressalvada preservação lícita.

O prazo contratual de gravações não se estende automaticamente a cadastro, faturamento, registros de acesso, segurança, chamados, incidentes, comprovação contratual ou atendimento de direitos. Cada categoria será conservada somente pelo período necessário à sua finalidade e às obrigações aplicáveis. O teste gratuito não garante retenção ou disponibilidade de gravações por 90 dias.

Dados de avaliação e prova de conceito

O teste padrão dura 7 dias corridos, equivalentes a 168 horas desde a ativação comunicada. Devem-se preferir dados fictícios, anonimizados ou minimizados. Ao término, o acesso poderá ser encerrado, sem conversão automática em plano pago. O Cliente deverá providenciar exportações antes do vencimento. Sem contratação ou preservação lícita, o conteúdo operacional será eliminado ou anonimizado em até 30 dias após o término; backups residuais serão expurgados em até 90 dias após o término, sem reutilização operacional. Esses prazos devem ser validados na arquitetura antes da assinatura.

Hospedagem, países de tratamento, prestadores, recursos de gravação e localização e instruções do Cliente deverão ser informados e validados antes da ativação do teste. Conteúdo de comunicações não será destinado a publicidade, venda a terceiros ou treinamento de modelos de IA sem ajuste específico e fundamento legal adequado. Continuidade após o teste depende de contratação formal por sales@coreptt.com e não assegura recuperação de conteúdo já eliminado.

Órgãos e entidades públicas continuam responsáveis por definir finalidade pública, competência, base jurídica, publicidade, classificação da informação e autorizações internas. Dados ligados a segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou investigação penal somente poderão ser utilizados em teste dentro do regime jurídico próprio e sob tutela pública aplicável.

Backups e pedidos de eliminação

Backups servem à continuidade e recuperação, não ao arquivo ou consulta ordinária. Durante o ciclo de expurgo, conteúdo eliminado será isolado do uso normal, protegido e apagado pela rotação segura. Se uma recuperação tecnicamente necessária reintroduzir dados cuja eliminação tenha sido solicitada, a instrução de eliminação deverá ser reaplicada. O teste não garante backup, restauração nem recuperação de dados já eliminados.

Controle documental

Campo	Registro
Responsável pela documentação	COREPTT TECNOLOGIA LTDA
Situação documental	Minuta para revisão jurídica
Canal comercial	sales@coreptt.com
Jurídico privacidade e integridade	legal@coreptt.com